



**CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS**



***CONGLOMERADO PRUDENCIAL*** | Banco GMAC S.A.

*Demonstrações Financeiras*

***JUN/2017***



## ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL .....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE CONSOLIDAÇÃO .....	8
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	16
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	16
9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS .....	19
10. OUTROS VALORES E BENS.....	20
11. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS .....	20
12. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO.....	21
13. CAPTAÇÕES .....	21
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	22
15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS .....	26
16. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.....	27
17. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS .....	27
18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS .....	29
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	29
20. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	29
21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	30
22. DESPESAS DE PESSOAL.....	30
23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	31
24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	31
25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS .....	32
26. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS .....	32
27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS .....	32
28. PARTES RELACIONADAS .....	32
29. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	34
30. ÍNDICE DA BASILÉIA .....	34
NOTAS PARECER DE AUDITORIA .....	35



CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.581.220</b>	<b>6.795.842</b>
<b>Disponibilidades</b>	5	<b>11.175</b>	<b>15.881</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	6a	<b>425.099</b>	<b>559.091</b>
Aplicações no mercado aberto		425.099	559.091
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	6b	<b>57.312</b>	<b>9.244</b>
Aplicação em cotas de fundos de investimentos		57.312	9.244
<b>Operações de crédito</b>	8	<b>5.388.932</b>	<b>5.666.531</b>
Operações de crédito - setor privado		4.183.500	4.060.823
Operações de crédito vinculadas a cessão		1.349.971	1.760.551
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(144.539)	(154.843)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>(98)</b>	<b>(72)</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		4.651	93
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(4.651)	(79)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(98)	(86)
<b>Outros créditos</b>		<b>650.786</b>	<b>474.801</b>
Diversos	9	541.535	474.228
Títulos e créditos a receber	8a	107.856	-
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa	8h	(1.066)	-
Rendas a receber		2.461	573
<b>Outros valores e bens</b>		<b>48.014</b>	<b>70.366</b>
Bens não de uso próprio	10a	5.289	10.938
Despesas antecipadas	10b	42.725	59.428
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>4.500.673</b>	<b>5.172.734</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	6b	<b>110.738</b>	<b>-</b>
Carteira própria		110.738	-
<b>Operações de crédito</b>	8	<b>2.995.018</b>	<b>3.758.132</b>
Operações de crédito - Setor privado		2.240.323	2.605.540
Operações de crédito vinculadas a cessão		840.359	1.255.286
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.664)	(102.694)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>(117)</b>	<b>(10)</b>
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		5.548	13
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.548)	(11)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(117)	(12)
<b>Outros créditos</b>		<b>1.378.628</b>	<b>1.359.229</b>
Diversos	9	1.378.628	1.359.229
<b>Outros valores e bens</b>		<b>16.406</b>	<b>55.383</b>
Despesas antecipadas	10b	16.406	55.383
<b>PERMANENTE</b>		<b>92.652</b>	<b>61.931</b>
<b>Investimentos</b>		<b>72.445</b>	<b>48.958</b>
Participações em controladas no país	11	72.445	48.958
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>11.694</b>	<b>9.750</b>
Outras imobilizações de uso		18.648	15.749
(-) Depreciações acumuladas		(6.954)	(5.999)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	12	<b>8.513</b>	<b>3.223</b>
Bens arrendados		9.389	3.119
Superveniência de depreciação		218	2.803
(-) Depreciações acumuladas		(1.094)	(2.699)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.174.545</b>	<b>12.030.507</b>



CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.329.552</b>	<b>5.936.111</b>
<b>Depósitos</b>	13	<b>2.320.941</b>	<b>1.923.314</b>
Depósitos interfinanceiros		1.489.289	1.737.133
Depósitos a prazo		831.652	186.181
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>	13	<b>935.159</b>	<b>1.461.726</b>
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		935.159	1.461.726
<b>Outras obrigações</b>		<b>2.073.452</b>	<b>2.551.071</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.750	5.703
Fiscais e previdenciárias	16	217.351	230.995
Diversas	15	1.847.351	2.314.373
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.703.989</b>	<b>3.967.151</b>
<b>Depósitos</b>	13	<b>1.024.237</b>	<b>879.896</b>
Depósitos interfinanceiros		476.655	354.271
Depósitos a prazo		547.582	525.625
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>	13	<b>775.041</b>	<b>873.262</b>
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		775.041	873.262
<b>Outras obrigações</b>		<b>1.904.711</b>	<b>2.213.993</b>
Fiscais e previdenciárias	16	828.441	730.973
Diversas	15	1.076.270	1.483.020
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>245.226</b>	<b>375.264</b>
Resultado de exercícios futuros	18	245.226	375.264
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.895.778</b>	<b>1.751.981</b>
<b>Capital</b>	19a	<b>1.688.282</b>	<b>1.454.438</b>
De domiciliados no país		1.688.282	1.454.438
<b>Reserva de lucros</b>	19c	<b>207.496</b>	<b>297.543</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.174.545</b>	<b>12.030.507</b>



CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>943.243</b>	<b>1.119.093</b>
Operações de crédito	20	910.548	1.046.955
Operações de arrendamento mercantil		2.495	36.113
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6a	30.200	36.025
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(571.230)</b>	<b>(801.339)</b>
Operações de captações no mercado	13a	(287.040)	(428.678)
Operações de arrendamento mercantil		(1.503)	(35.526)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		(187.238)	(230.240)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(95.449)	(106.895)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>372.013</b>	<b>317.754</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(151.869)</b>	<b>(167.919)</b>
Receitas de prestação de serviços	21	106.880	88.004
Rendas de tarifas bancárias	26	41.103	38.770
Despesa de Pessoal	22	(48.885)	(50.758)
Outras despesas administrativas	23	(212.992)	(202.591)
Despesas tributárias	27	(41.372)	(34.197)
Resultado de equivalência patrimonial	11	12.355	11.368
Outras receitas operacionais	24	50.992	60.426
Outras despesas operacionais	25	(59.950)	(78.941)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>220.144</b>	<b>149.835</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.914	725
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		<b>222.058</b>	<b>150.560</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(90.614)</b>	<b>(54.950)</b>
Provisão para imposto de renda corrente	14	(22.022)	(26.498)
Provisão para contribuição social corrente	14	(19.253)	(18.118)
Ativo fiscal diferido	14	(49.339)	(10.334)
Participações estatutárias no lucro		(13.037)	(7.662)
<b>LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES</b>		<b>118.407</b>	<b>87.948</b>
Atribuível a Controladora		118.407	87.948
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	R\$	103,74	R\$ 77,05
Total de ações - 1.141.400.925			



CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo acumulados	Total do Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	Total
			Legal	Outras			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<u>1.454.438</u>	<u>-</u>	<u>78.322</u>	<u>131.273</u>	<u>-</u>	<u>1.664.033</u>	<u>1.664.033</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	87.948	87.948	87.948
Destinação do lucro:							
Reservas de lucro	-	-	-	87.948	(87.948)	-	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016 (nota 19c)	-	131.273	-	(131.273)	-	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016</b>	<u>1.454.438</u>	<u>131.273</u>	<u>78.322</u>	<u>87.948</u>	<u>-</u>	<u>1.751.981</u>	<u>1.751.981</u>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<u>1.585.711</u>	<u>-</u>	<u>89.089</u>	<u>102.571</u>	<u>-</u>	<u>1.777.371</u>	<u>1.777.371</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	118.407	118.407	118.407
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	118.407	(118.407)	-	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017 (nota 19c)	102.571	-	-	(102.571)	-	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017</b>	<u>1.688.282</u>	<u>-</u>	<u>89.089</u>	<u>118.407</u>	<u>-</u>	<u>1.895.778</u>	<u>1.895.778</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2017	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		<b>93.780</b>	<b>64.739</b>
Lucro Líquido do semestre		118.407	87.948
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		1.454	1.315
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		823	557
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	4f	680	34.968
Outras despesas de arrendamento		-	1
Resultado na alienação de Imobilizado		(48)	(77)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(12.355)	(11.368)
Resultado na Alienação de Bens Não de Uso		(2.159)	(775)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	8g	95.449	106.895
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	24	(29.961)	(42.128)
Provisão (reversão) para contingências	17b	31.384	43.357
Resultados de Exercícios Futuros	18	(200.508)	(210.904)
Ativo fiscal diferido	14b	49.339	10.334
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	14b	41.275	44.616
<b>Variação de Ativos e Obrigações</b>		<b>(281.843)</b>	<b>(147.205)</b>
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		46.944	15.915
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		395.559	1.794.205
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(182.332)	49.454
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		29.530	41.223
(Aumento) Redução em Bens não de Uso		2.252	(6.163)
Aumento (Redução) em Depósitos		515.763	(1.677.128)
Aumento em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(371.939)	151.060
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(842.299)	(609.808)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		158.188	145.005
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(1.594)	(13.466)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.915)	(37.502)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais</b>		<b>(188.063)</b>	<b>(82.466)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Alienação de Imobilizado de Uso		534	772
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.379)	(1.715)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(1.845)</b>	<b>(943)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-	(7.310)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(7.310)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(189.908)</b>	<b>(90.719)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestres		626.182	665.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestres		436.274	574.972



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial GMAC, que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco GMAC S.A. (“Banco”), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GMAC (“FIDC”) – Banco GMAC Financiamento a Concessionários e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”). A entidade líder do Conglomerado é o Banco GMAC S.A..

As atividades operacionais do Banco e da Administradora são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC (“Grupo”), as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos. O FIDC não compartilha desta estrutura.

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do BACEN. As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requeridos da Resolução nº4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de forma combinada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (IV) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objetivo social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

- Banco GMAC S.A.
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Banco GMAC Financiamento a Concessionários
- GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2017.

## 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. O Banco prepara e divulga as demonstrações financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.





Na elaboração dessas Demonstrações financeiras consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades e todos os valores são arredondados para (R\$ mil) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.

#### Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pelo Banco. O controle é obtido quando o Banco:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Banco reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando o Banco não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ele terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-lo na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto do Banco em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, o Banco considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação do Banco em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pelo Banco, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que o Banco tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando o Banco obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Banco perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que o Banco deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras.



Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco GMAC S.A., GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias.

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das subsidiárias do Banco é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

#### Banco GMAC S.A.

O Banco é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil, suas atividades operacionais consistem principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

#### GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. tem como atividade a administração de grupos de consórcios, formado para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcios são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira data de emissão ou (ii) à data em que a



última série de cotas seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo, investidores qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 489, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 11 de janeiro de 2011, alterações posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

##### a) Apuração de resultado

Banco GMAC S.A.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata temporis” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

GMAC Administradora de Consórcios LTDA.

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de Prestação de Serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcios. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcios são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

##### b) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das



operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica “Valores residuais a balancear”, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos



disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
  - O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2017, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 680 (R\$34.968 em 2016), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação acumulada no montante de R\$218 (R\$2.803 em 2016), classificada no imobilizado de arrendamento (nota 12), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por *impairment* no semestre findo em 30 de junho de 2017.



h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2017, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 mil ao semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% para Banco GMAC e 9% para a GMAC Administradora de Consórcios sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Frisamos que a lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, para o Banco. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, performamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

Vale ressaltar que a expectativa de realização do crédito tributário é revisada semestralmente e, se necessário, pode-se efetuar ajustes para adequação do estoque do crédito tributário conforme mudanças na expectativa de realização dos mesmos.



## k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

## l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

## m) Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes e (v) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2017	2016
Disponibilidades	11.175	15.881
Aplicações em operações Compromissadas - LFT (nota 6a)	425.099	559.091
Total	<u>436.274</u>	<u>574.972</u>

## 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 30 de junho de 2017, apresentavam montantes de R\$425.099 (R\$559.091 em 2016), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por operações compromissadas pré fixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN) em 2017. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$30.200 (R\$36.025 em 2016).

<u>Aplicação Interfinanceira de Liquidez</u>	2017	2016
Aplicações de Mercado Aberto - LFT (nota 5)	425.099	559.091
Total	<u>425.099</u>	<u>559.091</u>



- b) As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, apresentavam montantes de R\$168.050 (R\$9.244 em 2016) e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$5.067 (R\$0 em 2016).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Títulos e Valores Mobiliários	168.050	9.244
Total	<u>168.050</u>	<u>9.244</u>

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

- a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Operações de Crédito:</u>		
Financiamentos	6.423.823	6.666.363
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	2.190.330	3.015.837
Operações de arrendamento mercantil (nota 8c)	8.384	296
<u>Outros Créditos:</u>		
Títulos e créditos a receber (i)	107.856	-
Total	<u>8.730.393</u>	<u>9.682.496</u>

- (i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

- b) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado				
Pessoa física	6.600.846	75,6%	8.225.943	85,0%
Outros Serviços	412.161	4,7%	1.123.866	11,6%
Comércio	1.711.775	19,6%	320.965	3,3%
Indústria	5.611	0,1%	11.722	0,1%
Total	<u>8.730.393</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.682.496</u>	<u>100,0%</u>





## c) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

<u>Operações de Arrendamento</u>	2017	2016
Arrendamentos a receber	10.199	106
Rendas a apropriar	(10.199)	(90)
Valores residuais a apropriar	113	216
Valores residuais a balancear	(113)	(216)
Imobilizado de arrendamento (nota 12)	8.513	3.223
Valor residual antecipado (nota 15)	(129)	(2.943)
Valor presente dos contratos (nota 8a)	<u>8.384</u>	<u>296</u>

## d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	78.750	0,9%	96.414	1,0%
De 61 a 180 dias	34.100	0,4%	36.527	0,4%
De 181 a 360 dias	16.246	0,2%	16.881	0,2%
	<u>129.096</u>	<u>1,5%</u>	<u>149.822</u>	<u>1,6%</u>
Parcelas a vencer:				
Ate 180 dias	3.755.088	43,0%	3.657.537	37,7%
De 181 a 360 dias	1.760.966	20,2%	2.014.274	20,8%
Acima de 360 dias	3.085.243	35,3%	3.860.863	39,9%
	<u>8.601.297</u>	<u>98,5%</u>	<u>9.532.674</u>	<u>98,4%</u>
Total	<u>8.730.393</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.682.496</u>	<u>100,0%</u>

## e) Concentração do risco de crédito

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
10 maiores devedores	681.254	7,8%	229.416	2,4%
50 devedores seguintes	446.700	5,1%	442.586	4,6%
100 devedores seguintes	527.207	6,0%	379.477	3,9%
Demais devedores	7.075.232	81,1%	8.631.017	89,1%
Total	<u>8.730.393</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.682.496</u>	<u>100,0%</u>

## f) Composição da carteira por indexadores

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.181.866	82,3%	8.580.348	88,6%
Pós-fixado	1.548.527	17,7%	1.102.148	11,4%
Total	<u>8.730.393</u>	<u>100,00%</u>	<u>9.682.496</u>	<u>100,00%</u>



g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil:

	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos	Total
Saldo no início do semestre	240.241	16.941	257.182
Constituição/(Reversão) de provisões	95.939	(490)	95.449
Baixas	(121.147)	-	(121.147)
Saldo no fim do semestre	215.033	16.451	231.484

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, cessão de recebíveis, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	2017		2016	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	41.157	-	38.990	-
A	0,5%	6.725.846	33.630	7.945.468	39.727
B	1,0%	839.503	8.395	583.957	5.840
C	3,0%	821.351	24.641	776.852	23.306
D	10,0%	104.508	10.451	99.534	9.953
E	30,0%	34.211	10.263	43.131	12.939
F	50,0%	26.353	13.177	42.468	21.234
G	70,0%	21.789	15.252	24.865	17.405
H	100,0%	115.675	115.675	127.231	127.231
Total		8.730.393	231.484	9.682.496	257.635

i) Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$35.121 (R\$26.294 em 2016), contabilizado na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2017, existiam contratos renegociados no montante de R\$12.056 (R\$19.792 em 2016).

j) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 4b.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$458.839 (R\$771.036 em 2016), tendo apropriado despesas no montante de R\$171.691 (R\$209.876 em 2016). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2021.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", monta R\$2.190.330 (R\$3.015.837 em 2016), com a respectiva



obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de “Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros” (nota 15) no montante de R\$2.326.095 (R\$3.126.632 em 2016). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$13.031 (R\$17.531 em 2016) registrada na rubrica “provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

k) Composição da PCLD – Carteira Cedida

Nível de risco	Taxa de provisão %	Contratos cedidos após 01/01/2012	
		Total de operações	Provisão constituída
AA	-	-	-
A	0,5%	2.072.997	10.364
B	1,0%	66.397	663
C	3,0%	46.625	1.398
D	10,0%	4.067	407
E	30,0%	35	11
F	50,0%	33	17
G	70,0%	17	12
H	100,0%	159	159
<b>Total</b>		<b>2.190.330</b>	<b>13.031</b>

9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2017	2016
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 14c)	783.607	805.945
Depósitos judiciais (i)	947.124	900.510
Devedores diversos - país (ii)	67.581	35.622
Impostos a recuperar (iii)	46.268	44.538
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 28e) (iv)	71.538	42.622
Outros	4.045	4.217
<b>Total</b>	<b>1.920.163</b>	<b>1.833.454</b>
Ativo circulante	541.535	474.228
Realizável a longo prazo	1.378.628	1.359.226

(i) Refere-se principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão devidamente provisionados nas rubricas “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” (nota 16) e “Provisão para riscos e obrigações legais” (nota 17). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (nota 24 e 25, respectivamente).

(ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, “Floor Plan” e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$60.648 (R\$32.741 em 2016). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados



onde estes veículos estão registrados no montante de R\$1.009 (R\$1.029 em 2016) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

- (iii) Refere-se à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$46.268 (R\$44.538 em 2016).
- (iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de “Floor Plan” e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$33.627 (R\$28.287 em 2016). Adicionalmente, estão registrados como valores a receber de ligadas despesas com pessoal no valor de R\$36.376 (R\$14.296 em 2016).

## 10. OUTROS VALORES E BENS

### a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2017 o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$5.289 (R\$10.938 em 2016).

### b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em “Outros valores e bens” referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução CMN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. No semestre findo em 30 de junho de 2017, o saldo de despesas antecipadas montava R\$59.131 (R\$114.811 em 2016), e foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$82.852 (R\$79.743 em 2016), na rubrica “Outras Despesas Administrativas” (nota 23).

## 11. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2017	2016
	GMACI	GMACI
	Corretora de	Corretora de
	Seguros Ltda.	Seguros Ltda.
Dados da controlada:		
Patrimônio Líquido no final do semestre antes da apuração do resultado	60.096	37.594
Lucro (prejuízo) do semestre	12.355	11.369
Participação no capital	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:		
Valor atualizado dos investimentos no início do semestre	60.090	37.590
Resultado de equivalência patrimonial	12.354	11.368
No final do semestre	72.445	48.958



## 12. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)	2017	2016
Veículos	20,0% a.a.	9.389	3.084
Perdas em Arrendamento a amortizar		-	35
Total de bens arrendados		9.389	3.119
Superveniência de depreciação		218	2.803
Depreciação acumulada		(1.094)	(2.699)
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)		8.513	3.223

i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84

## 13. CAPTAÇÕES

	2017	2016
Depósitos interfinanceiros	1.965.944	2.091.404
Depósitos a prazo	1.379.234	711.806
Letras financeiras	1.710.200	2.334.988
Total	5.055.378	5.138.198
Passivo circulante	3.256.100	3.385.040
Exigível a longo prazo	1.799.278	1.753.158

São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Letras Financeiras com vencimentos até Novembro de 2019, sujeitos a encargos financeiros variáveis entre 12,02% e 16,60% ao ano no montante de R\$1.081.988 (R\$929.510 em 2016) e captações pós fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R\$3.973.390 (R\$4.208.688 em 2016).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2017	2016
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	118.734	185.332
Certificado de Depósito Bancário - CDB	45.627	74.762
Letras financeiras	121.744	167.330
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	935	1.254
Total	287.040	428.678



## 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	222.058	222.058	150.560	150.560
Aliquotas do Banco	25%	20%	25%	20%
Despesas de acordo com as alíquotas	(55.515)	(44.412)	(37.640)	(30.112)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participação no Lucro	3.259	2.607	1.916	1.532
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	3.090	2.471	2.842	2.273
(-) Expurgo das Operações em controladas	-	-	-	-
(-) Efeito do imposto sobre o resultado do FIDC	-	-	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	2	18	731	590
Diferença de alíquota da CSLL	-	4.708	-	2.569
Total IR e CS sobre despesas permanentes	6.351	9.804	5.489	6.965
Incentivos Fiscais (i)	467	-	459	-
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	5.027	5.395	-	-
Ajuste prejuízo Fiscal (iv)				
Ajuste Diferido (iii)			(99)	(36)
Ajuste de imposto diferido exercício anterior (iii)	(5.502)	(5.674)		
Valor de Crédito Tributário não Reconhecido (v)				
Ajuste aumento 5% CSLL	-	(6.579)		
Adicional do imposto de renda	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(49.148)	(41.466)	(31.767)	(23.183)
	(90.614)		(54.950)	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 467 (R\$ 439 em 2016) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado no RIR/99 em seus artigos 581 a 589 e R\$ 0 (R\$ 20 em 2016) refere-se ao incentivo do Vale Cultura (Lei 12.761/2012, artigo 10º).

(ii) O ajuste refere-se ao efeito da análise sobre a base de IRPJ e CSLL de 2016 no estoque de crédito tributário de diferenças temporárias de PCLD, Outras Provisões, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, sobre o qual o Banco realizou diferenças temporárias que já eram dedutíveis em exercícios anteriores, mas que foram realizadas no primeiro semestre de 2017. O montante deduzido ajustado no ano anterior foi de R\$5.105, R\$ 25.740, R\$ 8.834 e R\$ 2.473, respectivamente. O ajuste efetuado em 2016 visa retificar os respectivos impactos na base de apuração do imposto corrente, bem como no imposto diferido referente às diferenças temporárias.

(iii) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2016 na apuração do imposto corrente. Deve-se substancialmente aos efeitos descritos nos itens (i e ii) e a uma adição permanente de R\$1.396.

(iv) Baixa do crédito tributário sobre provisão para devedores duvidosos por falta de expectativa de realização.

(v) Refere-se ao fato de que a alíquota de CSLL para GMAC Administradora de Consórcios é de 9%.



## b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos no semestre	(22.022)	(19.253)	(26.498)	(18.118)
<b>Constituição / realização de impostos diferidos:</b>	<b>(27.126)</b>	<b>(22.213)</b>	<b>(5.269)</b>	<b>(5.065)</b>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	(9.594)	(1.249)	(11.563)	(6.431)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(7.180)	(11.985)	4.076	3.304
Provisões para riscos fiscais	6.444	1.857	5.353	4.494
Provisões de valores a devolver para consorciados	-	-	(3.089)	(1.112)
Provisões para comissões	343	124	611	220
Outras adições temporárias	(10.083)	(8.295)	3.065	1.842
Correção de Depósitos Judiciais	(7.040)	(2.665)	(9.070)	(7.382)
Superveniência de Depreciação	(16)	-	5.348	-
<b>Total de despesa de IRPJ e CSLL no semestre</b>	<b>(49.148)</b>	<b>(41.466)</b>	<b>(31.767)</b>	<b>(23.183)</b>
	<b>(90.614)</b>		<b>(54.950)</b>	

## c) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 30 de junho:

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais e base negativa	211.596	15.198	225.102	17.322
Adições temporárias:	334.927	221.886	333.209	230.312
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	117.950	84.853	121.453	93.898
Provisão para riscos fiscais	187.262	117.838	173.606	110.220
Provisões para comissões	6.086	2.191	4.544	1.636
Outras Adições Temporárias (i)	23.629	17.004	33.606	24.558
<b>Total de créditos tributários (nota 9)</b>	<b>783.607</b>	<b>237.084</b>	<b>558.311</b>	<b>247.634</b>
Ativo circulante		163.682		157.925
Realizável a longo prazo		619.925		648.020

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.



- d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

<u>Ano</u>	<u>IR</u>		<u>CS</u>		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Presente</u>
	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Base Negativa</u>		
2017	54.016	3.607	44.696	1.298	103.617	94.861
2018	66.886	8.016	48.715	2.886	126.503	106.446
2019	192.723	126.767	115.789	3.369	438.648	339.324
2020	15.284	20.033	9.136	3.598	48.051	33.656
2021	1.138	25.782	660	4.047	31.627	19.853
2022	851	15.219	467	-	16.537	9.284
2023	1.045	12.172	628	-	13.845	6.963
2024	2.483	-	1.495	-	3.977	1.795
2025	178	-	107	-	285	115
2026	323	-	193	-	516	188
Total	<u>334.927</u>	<u>211.596</u>	<u>221.886</u>	<u>15.198</u>	<u>783.607</u>	<u>612.485</u>

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$612.485 (R\$631.857 em 2016), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de *impairment* tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.





## e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	31/12/2016	Constituições (Realizações) Líquidas	30/06/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	221.968	(19.165)	202.803
Provisões para riscos fiscais	296.799	8.301	305.100
Provisões para comissões	7.810	467	8.277
Outras adições temporárias	59.012	(18.379)	40.633
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>585.589</u>	<u>(28.776)</u>	<u>556.813</u>
Créditos de Prejuízo Fiscal (i)	221.190	(9.594)	211.596
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	16.447	(1.249)	15.198
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	<u>237.637</u>	<u>(10.843)</u>	<u>226.794</u>
Total de créditos tributários	<u>823.226</u>	<u>(39.619)</u>	<u>783.607</u>
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	(4)	(16)	(20)
Atualizações de depósitos judiciais	<u>(164.274)</u>	<u>(9.704)</u>	<u>(173.978)</u>
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	<u>(164.278)</u>	<u>(9.720)</u>	<u>(173.998)</u>
Líquido	<u>658.948</u>	<u>(49.339)</u>	<u>609.609</u>

- (i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.



## 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2017	2016
Obrigações com grupos de consórcios/consorciados (i)	88.009	83.674
Provisão de valores a devolver a consorciados (ii)	22.153	20.134
Provisão para comissões a pagar (iii)	24.344	18.174
Provisão para riscos cíveis (nota 17a)	42.034	48.219
Provisão para riscos trabalhistas (nota 17a)	32.949	37.239
Credores por antecipação de valor residual (nota 8b)	129	2.943
Credores diversos – país	11.146	12.574
Valores a pagar de despesas com pessoal	26.864	20.085
Valores a pagar para sociedades ligadas (nota 28e)	13.968	16.910
Valores a pagar a fornecedores diversos	29.526	13.539
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito (8j)	2.326.095	3.126.632
Cotas Seniores – FIDC	302.523	394.129
Outros	3.881	3.141
Total	2.923.621	3.797.393
Passivo circulante	1.847.351	2.314.373
Exigível a longo prazo	1.076.270	1.483.020

- (i) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$22.426 (R\$24.108 em 2016) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução. Referem-se às obrigações com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 e junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- (ii) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- (iii) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre venda de cotas de consórcios.



## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017	2016
Provisão para imposto sobre o lucro – corrente – IRPJ e CSLL	51.697	44.646
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 14e)	20	3.072
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 14e)	173.978	150.670
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 17b)	807.267	752.648
Outros impostos indiretos a pagar (i)	12.830	10.932
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	<u>1.045.792</u>	<u>961.968</u>
Passivo circulante	217.351	230.995
Exigível a longo prazo	828.441	730.973

(i) Referem-se substancialmente à provisão a recolher de IPVA R\$2.656 (R\$2.276 em 2016) e ISS, IRRF, PIS e COFINS a recolher R\$7.035 (R\$5.354 em 2016).

## 17. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

## a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	2017	2016
Obrigações legais:		
Contribuição social – CSLL	199.908	190.529
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	415.378	382.402
Imposto de renda – IRPJ	42.441	41.034
Programa de Integração Social - PIS	133.600	123.813
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	15.127	14.414
Outros	813	456
Total de provisões para riscos fiscais e obrigações legais	<u>807.267</u>	<u>752.648</u>
Provisão para riscos:		
Provisões cíveis (nota 15)	42.034	48.219
Provisões trabalhistas (nota 15)	32.949	37.239
Total de provisões e obrigações legais	<u>882.250</u>	<u>838.106</u>

## b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no final do segundo semestre de 2016	781.497	31.322	46.885	859.704
Constituições (Reversões) líquidas do período	25.770	4.680	934	31.384
Valores pagos no período	-	(3.053)	(5.785)	(8.838)
Saldo no final do primeiro semestre de 2017	<u>807.267</u>	<u>32.949</u>	<u>42.034</u>	<u>882.250</u>
Depósitos em garantia – “Outros créditos” (nota 9)	912.134	11.525	23.465	947.124



### Obrigações Legais

Referem-se, basicamente, às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

Para o Banco GMAC S.A., as principais teses em discussão, relacionadas a CSLL, são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas. No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve a baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados.

Com relação a GMAC Administradora de Consórcio Ltda., temos:

PIS – Mandado de Segurança visando a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento).

A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir sobre a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 1.572 até a data da publicação.

### Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.



## c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

Causas Possíveis	2017		2016	
	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante (R\$ mil)</u>	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante (R\$ mil)</u>
Cíveis (i)	1.535	23.190	1.818	18.101
Trabalhistas	60	20.694	31	20.610
Fiscais	277	57.128	-	-
Posição em 30 de junho	<u>1.872</u>	<u>101.012</u>	<u>1.849</u>	<u>38.711</u>

## 18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$245.226 (R\$375.264 em 2016), conforme nota 28e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações, na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no semestre findo em 30 de junho de 2017 foram reconhecidos resultados de R\$200.508 (R\$210.904 em 2016).

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital Social

O capital social no montante de R\$1.688.282 (R\$1.454.438 em 2016) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2016).

## b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 01 de agosto de 2016 e 15 de dezembro de 2016, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, os quais foram liquidados em 02 de agosto de 2016, 21 e 22 de dezembro de 2016, no montante de R\$102.000. Em 10 de agosto de 2017, a administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$51.500, não sendo reconhecidos como passivos no final do período conforme estabelecido no CPC24.

## Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do semestre, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2017 é de R\$207.496 (R\$297.543 em 2016).

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$102.571 que foi homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017.

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$131.273 que foi homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016.



## 20. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidas no resultado, receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita com operação de atacado	204.019	277.406
Receita com operação de varejo	706.529	769.549
Total	<u>910.548</u>	<u>1.046.955</u>

## 21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” apresentava a seguinte composição no semestre:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita com taxa de administração de consórcios	81.020	65.372
Receita com prestação de serviços bancários	25.860	22.632
Total	<u>106.880</u>	<u>88.004</u>

## 22. DESPESAS DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com proventos	28.036	28.297
Despesas com encargos sociais	11.594	14.349
Despesas de benefícios	9.140	7.837
Outras	115	275
Total	<u>48.885</u>	<u>50.758</u>



### 23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos semestres:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões pagas às concessionárias (nota 10b)	82.852	79.743
Comissões sobre cotas de consórcio	35.958	27.868
Sistemas de processamento de dados	14.462	17.990
Serviços técnicos especializados	25.527	23.657
Propaganda e publicidade	4.222	4.798
Sistemas de comunicação	6.495	7.322
Serviços prestados de terceiros	10.423	11.002
Despesas com sistema financeiro	7.744	8.477
Emolumentos pagos aos cartórios	11.849	9.995
Despesas com seguros	476	-
Amortizações e depreciações	1.454	1.315
Outras	11.530	10.424
Total	<u>212.992</u>	<u>202.591</u>

### 24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos semestres:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a compensar (i)	29.961	42.128
Recuperação de despesas	4.439	5.646
Reversão de provisão para contingências fiscais (ii)	7	5.056
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	8.794	3.044
Receita de multas e juros	1.590	1.235
Resultado na venda de bens não de uso próprio	2.030	-
Outros	4.171	3.317
Total	<u>50.992</u>	<u>60.426</u>

- (i) Refere-se à correção dos depósitos judiciais e impostos a compensar pelos índices e taxas as quais estão sujeitos.
- (ii) Para 2016, refere-se substancialmente à baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$4.785 sobre saldos anistiados


**25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	25.777	35.399
Variação monetária e juros passivos (i)	4.940	5.289
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	14.408	16.131
Despesas com partes relacionadas (nota 28e)	-	9.619
Despesa com cobrança	11.475	10.835
Despesas com multas e juros	88	40
Outras	3.262	1.628
<b>Total</b>	<b><u>59.950</u></b>	<b><u>78.941</u></b>

- (i) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver aos consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

**26. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS**

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$41.103 (R\$38.770 em 2016).

**27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ISS	7.799	6.668
PIS	4.663	3.903
COFINS	26.589	22.320
Outras	2.321	1.306
<b>Total</b>	<b><u>41.372</u></b>	<b><u>34.197</u></b>

**28. PARTES RELACIONADAS**
**a) Remuneração da Administração**

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

**b) Benefícios de Curto Prazo**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e Honorários da Diretoria Executiva:		
Remuneração fixa	1.899	1.370
Remuneração variável	1.914	929
Outras	609	-
<b>Total</b>	<b><u>4.422</u></b>	<b><u>2.299</u></b>





## c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

## d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

## e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos semestres, podem ser resumidos como segue:

	2017		2016	
	<u>Ativo</u> <u>(passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(despesas)</u>	<u>Ativo</u> <u>(passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(despesas)</u>
<b>Partes relacionadas</b>				
<u>General Motors do Brasil Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 9)	34.546	-	28.309	-
Rendas de prestação de Serviços	-	7.974	-	7.974
Outras obrigações – Diversas (nota 15)	(13.968)	-	(15.596)	-
Rendas antecipadas de exercícios futuros (nota 18)	(245.226)	200.508	(375.264)	210.904
<u>GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(30.668)	(400)	(5.832)	(347)
<u>GM Administradora de Bens Ltda.:</u>				
Outros Créditos (nota 9)	39	-	17	-
<b>Empresas controladas</b>				
<u>GMACI – Corretora de Seguros S.A.</u>				
Outros créditos (nota 9)	577	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(73.856)	(3.644)	(50.153)	(2.838)
Receita de prestação de serviços	-	3.442	-	3.061
<b>Controladora</b>				
<u>General Motors Financial Inc.:</u>				
Outros créditos (nota 9)	36.376	-	14.296	-
Outras despesas operacionais (nota 25)	-	-	(1.314)	(9.619)
Receita de prestação de serviços	-	3.351	-	3.132
<u>General Motors Holdings Participações Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(1.197)	(92)	(1.123)	(117)



## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (refis / anistia lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 30 de junho de 2017, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$248.412 (R\$236.563 em 2016), sendo R\$58.018 (R\$58.018 em 2016) de principal, R\$523 (R\$523 em 2016) de multas e R\$189.871 (R\$178.022 em 2016) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.

## 30. ÍNDICE DA BASILÉIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2017 foi de 17,93%.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	11.159	2.232	206
Risco reduzido - 75%	6.637.216	4.977.912	460.457
Risco reduzido - 100%	2.444.251	2.444.251	226.093
Risco reduzido - 250%	170.690	426.725	39.472
Risco reduzido - 300%	37.916	113.747	10.522
Sub Total 1	<u>9.301.232</u>	<u>7.964.867</u>	<u>736.750</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.515.147	1.515.147	140.151
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	<u>66</u>	<u>66</u>	<u>6</u>
Sub Total 2	<u>1.515.213</u>	<u>1.515.213</u>	<u>140.157</u>
Total	<u>10.816.445</u>	<u>9.480.080</u>	<u>876.907</u>
Patrimônio de referência			1.699.441
Índice de Basileia			17,93%



## PARECER DE AUDITORIA

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco GMAC S.A.  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco GMAC S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial do Banco em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco GMAC S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

**Outros Assuntos**

O Banco GMAC S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, contendo ressalva sobre a não reclassificação das operações de arrendamento mercantil, datado de 23 de agosto de 2017.



### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentação complementar do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante,



devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

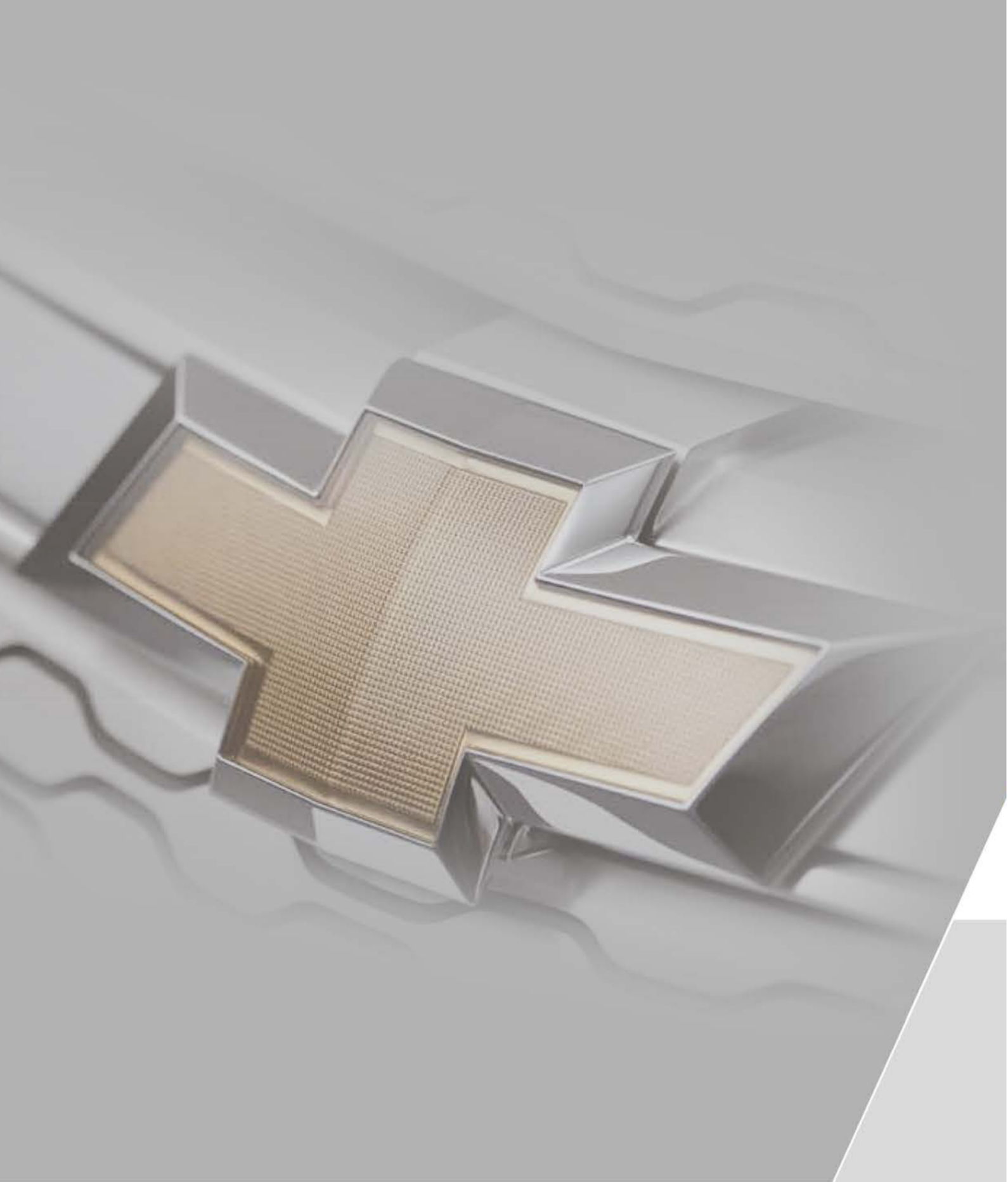
São Paulo, 23 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho  
Contador  
CRC nº 1 SP 234751/O-6

## Anotações





**CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS**

[www.chevrolet.com.br](http://www.chevrolet.com.br)